



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

## **REGULAMENTO DA LICITAÇÃO**

### **Edital de Licitação**

### **Carta Convite nº: 02/2015**

### **Tipo: Menor Preço**

**Objeto:** Aquisição de 02 veículos seminovos, para auxiliar nos serviços gerais do Município de Silveiras/SP, tendo em vista as necessidades do setor, conforme os termos do edital e seus anexos.

### **Credenciamento e entrega dos envelopes:**

Dia: 02/03/2015

Horário: 16:00.

Endereço: Praça Pe. Antônio Pereira de Azevedo, 52 – centro- Silveiras/SP CEP: 12.690-000

Os interessados deverão protocolar, pessoalmente, o Documento de Credenciamento, a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e os envelopes de Proposta Comercial e de Documentos para Habilitação, no momento da sessão da Prefeitura Municipal de Silveiras.

## **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

O Município de Silveiras, através da Comissão Permanente de Licitações - CPL, instituída pela portaria nº 05/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação Pública na modalidade CONVITE, com fundamento na Lei 8.666/93, exclusiva para as empresas que se enquadram no Artigo 48, Inciso I da Lei Complementar nº 147/2014, tipo “menor preço por item”, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de 02 veículos seminovos, para auxiliar nos serviços gerais do Município de Silveiras/SP, tendo em vista as necessidades do setor, conforme os termos do edital e seus anexos.

## **DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DO CERTAME**

A abertura dos envelopes será realizada às 16:00 (dezesesseis hora), no mesmo dia e local do recebimento dos envelopes. Na hipótese de ocorrer qualquer fato que impeça a realização da sessão pública inaugural, fica a mesma adiada, e, a nova data será oficialmente comunicada pela Comissão Permanente de Licitações.

1 - – A presente licitação tem por objeto a contratação exclusiva de empresa que se enquadre no Artigo 48, Inciso I da Lei Complementar nº 147/2014 para aquisição de dois veículos seminovos, nos termos deste edital e seus anexos.

1.2 – Constituem anexos deste Instrumento Convocatório, dele fazendo parte integrante:  
ANEXO I – Modelo de Proposta;

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Responsabilidades;

ANEXO IV – Modelo de Declaração em atendimento a Lei Complementar nº 147/2014;

ANEXO V – Minuta do Contrato.



## 2 – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

2.1 – O prazo de entrega face a urgência é de até 2 (dois) dias corridos a contar da assinatura do contrato e do recebimento da Ordem de Entrega.

## 3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Face ao disposto no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, a quantidade inicialmente contratada poderá sofrer acréscimos ou supressões de até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial do contrato, desde que não ultrapasse o limite da modalidade do convite.

3.2 - A apresentação de propostas para participar desta licitação implica na aceitação plena e irrevogável pelos interessados, das condições constantes neste Edital e em seus Anexos.

3.3 - Somente poderão participar do presente certame as empresas que se enquadrem no Artigo 48, Inciso I da Lei Complementar nº 147/2014 da Lei Complementar nº 147/2014, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

3.4 - Não poderão participar da presente Licitação:

a) As que não se enquadrem na Lei Complementar 147/2014, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar;

b) As empresas interessadas que não atenderem a todas as condições e exigências estabelecidas para este certame, ou não apresentarem os documentos nela exigidos;

c) A empresa que se encontrar em processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pública estadual, nos termos do art. 87, Incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

d) Servidor de qualquer órgão ou entidade pública vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

e) Nenhuma empresa ou instituição vinculada a Administração Pública, será elegível para participar deste processo licitatório.

3.5 – As empresas interessadas que não receberam o CONVITE poderão retirar o Edital e seus respectivos Anexos no Núcleo de Licitações e Compras, no endereço acima especificado, onde serão passadas todas as informações e esclarecimentos sobre esta licitação e futuro Contrato, nos horários das 08h00min às 13h e no site da Prefeitura Municipal de Silveiras/SP, [www.silveiras.sp.gov.br](http://www.silveiras.sp.gov.br). Outros esclarecimentos pelo telefone (012) 3106-1197.

3.6 – A licitante proponente que tiver dúvida sobre qualquer aspecto relativo ao objeto deste CONVITE ou sobre os procedimentos adotados na presente licitação deverá formular sua questão por escrito e apresentá-la à Comissão Permanente de Licitações, até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para apresentação dos envelopes, ou enviá-la através do correio eletrônico **veronica@silveiras.sp.gov.br**.

3.7 - Serão respondidas também por escrito, as questões recebidas pela Comissão Permanente de Licitações e as respostas serão enviadas a todas as participantes da presente Licitação, sem que, contudo, haja a identificação do questionador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

3.8 – Os casos de impedimentos de participação em licitação ou da execução dos serviços, direta ou indiretamente, são os especificados no art. 9 da Lei 8.666/93, bem como as Pessoas Jurídicas suspensas de participarem de Licitação promovida pelo município de Silveiras/SP, ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

3.9 – A presente Licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/1993, e Lei Complementar nº 147/2014.

3.10. As empresas interessadas deverão comprovar o atendimento a Lei Complementar nº 147/2014 através de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, datada de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de entrega dos envelopes.

3.10.1. A não apresentação dessa certidão no ato do credenciamento implicará no decaimento do direito de se credenciar.

3.10.2. Em cumprimento ao art. 43 da Lei Complementar 147/2014, caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.10.3. A não regularização da documentação no prazo aqui previsto implicará na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no presente edital.

3.10.4. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 147/2014, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º da referida lei.

#### 4 – REPRESENTAÇÕES DOS LICITANTES

4.1 – A empresa licitante ou proprietário da mesma que se fizer representar nas audiências necessárias para o processamento da licitação, deverá enviar correspondência credenciando seu representante para tal fim, delegando aos mesmos plenos poderes para prática de todos os atos necessários ao procedimento licitatório, inclusive renunciar direitos e receber intimações, exceto os atos expressamente vedados.

4.2 – Somente poderá usar da palavra, apresentar reclamações, assinar atas e lista de presença, bem como renunciar ao direito de interpor recurso os representantes legais / credenciados que deverão apresentar, por escrito, as observações e manifestações que julgarem necessárias.

4.3 – Deverá ser apresentado documento de constituição da empresa licitante que confira ao signatário das declarações exigidas em todo o edital, bem como da carta de credenciamento, poderes de representação legal e, se for o caso, procuração com firma reconhecida, transferindo ao signatário os poderes de representação.

#### 5 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 – A licitante proponente deverá apresentar no local, dia e hora estabelecidos neste Edital, 02 (dois) envelopes distintos, indevassáveis, colados e rubricados nos lacres pelo representante legal ou credenciado da empresa licitante, contendo na parte frontal externa, respectivamente os seguintes dizeres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS – SP  
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL  
(Razão Social da empresa licitante)  
ENVELOPE Nº 1 – “DOCUMENTAÇÃO”  
CARTA CONVITE Nº 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS – SP  
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL  
(Razão Social da empresa licitante)  
ENVELOPE Nº 2 – “PROPOSTA COMERCIAL”  
CONVITE Nº 02/2015

5.2 – Os documentos contidos no Envelope nº 01, que dizem respeito à habilitação institucional e legal da empresa licitante, deverão ser apresentados, preferencialmente carimbados, numerados e rubricados pelo representante legal ou preposto credenciado da empresa proponente.

5.3 – Os documentos exigidos no Envelope nº 02 – “Proposta Comercial”, deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa ou papel contendo o seu carimbo identificador, devendo ser redigidos de forma clara e inequívoca, computadorizados, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas, correções, irregularidades ou defeitos de linguagem capazes de dificultar o julgamento, rejeitando-se aquelas escritas fora do seu corpo.

5.4 – O Município de Silveiras não se responsabilizará por envelopes de "Documentação" e "Proposta Comercial" endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do Núcleo de Licitações e Compras, e que, por isso, não cheguem à data e horário previstos no preâmbulo deste edital.

5.5 – Não será considerada a apresentação de qualquer referência à Proposta Comercial junto da Documentação, sob pena de desclassificação da licitante proponente para prosseguir no certame.

## 6 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 – O envelope nº 01 (Documentação) deverá conter, obrigatoriamente, os documentos a seguir, que dizem respeito à habilitação institucional e legal da licitante proponente. Eles devem estar autenticados por cartório competente. No caso do documento apresentar frente e verso, a autenticação deverá ser feita nos dois lados, nos casos de fotocópias simples deverão estar acompanhadas dos respectivos originais, para verificação e autenticação por membro da Comissão do Núcleo de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Silveiras/SP.

6.1.1 – Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social, inclusive a última alteração (se houver), devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. Registro comercial, no caso de empresa individual. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

6.1.2 – Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

6.1.2.1 – Observação: Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias (CNPJ e matrícula CEI): A partir de 03/11/2014, não existe mais a emissão de certidão específica, relativa a Contribuições Previdenciárias para CNPJ. A certidão específica de Obras de Construção (matrícula CEI) é expedida exclusivamente pelas unidades da Receita Federal do Brasil (RFB). Até 02 de novembro de 2014, a prova regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional das pessoas jurídicas (CNPJ) era feita por meio da Certidão Específica, relativa às contribuições previdenciárias, inscritas ou não em Dívida Ativa da União - DAU, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Certidão Conjunta PGFN/RFB, relativa aos demais tributos administrados pela RFB e inscrições em DAU administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), emitida conjuntamente pela RFB e PGFN. O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN. (Fonte: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br))

6.1.3 – Certificado de Regularidade de Situação (CRS) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) fornecido pela Caixa Econômica Federal;

6.1.4 – Prova de regularidade de tributos e contribuição Estadual ou Municipal, feitas através de Certidões Negativas de Débito emitida pelo órgão fazendário da sede da empresa licitante;

**6.1.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda federal e com a Dívida Ativa da União**, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais Administradas pela Secretaria da Receita Federal.

**6.1.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

**6.1.7 – Declaração de Responsabilidades**, modelo constante do **anexo III** deste Edital, sob pena de desclassificação;

**6.1.8 – Declaração em atendimento a Lei Complementar nº 147/2014**, conforme modelo constante do **anexo IV** deste Edital, sob pena de desclassificação;

**6.1.9 – Certidão Negativa de Falência e Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da empresa licitante interessada, datada de, no **máximo, 60 (sessenta) dias anteriores** à data da audiência inaugural;

**6.2** – Excetuando-se os documentos emitidos pela Internet, todos os demais, deverão estar acompanhados do original, autenticados por cartório competente ou publicados em Órgão da Imprensa Oficial. Os documentos emitidos pela Internet serão as certidões emitidas pelos Órgãos da Administração fiscal tributária. No caso do documento apresentar frente e verso, a autenticação deverá ser feita nos dois lados.

**6.3 - Serão desclassificados os itens que não estejam compatíveis com o “OBJETIVO SOCIAL” descrito no Contrato Social da Licitante Proponente.**

**6.4 – Serão aceitas as certidões fiscais “positiva” com efeito de “negativa”.**

## **7 – PROPOSTAS COMERCIAL**



**7.1** – O Envelope 2 – “PROPOSTA COMERCIAL” deverá conter, sob pena de desclassificação:

**7.1.1**– A Proposta Comercial propriamente dita, que deverá ser formulada, preferencialmente, em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** deste edital;

**7.1.1.1**– O prazo de validade da Proposta Comercial deverá ser no mínimo de 60 (sessenta) dias contados da data de entrega dos envelopes (documentação e proposta).

**7.2** – Nos casos em que a Comissão Permanente de Licitações constatar a existência de erros na Proposta Comercial apresentados pela licitante, serão procedidas às correções necessárias, obedecida a seguinte disposição:

a) Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, prevalecerá o valor unitário.

**7.3** – Todos os documentos apresentados no Envelope nº 2 – “Proposta Comercial” deverão satisfazer na forma e no conteúdo as exigências deste instrumento convocatório, especialmente o seguinte: serem datados e assinados pelo representante legal da empresa proponente, o endereço completo e atualizado da licitante, o número de inscrição no CNPJ, telefone e fax, se houver.

**7.4** - Os preços deverão ser cotados considerando-se a entrega do objeto licitado no local previamente indicado pela Secretaria requisitante, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com impostos, taxas, fretes e as despesas decorrentes do transporte, da carga e descarga do objeto, correndo tal operação única e exclusivamente por conta e risco e responsabilidade da empresa vencedora, não podendo o proponente exercer pleitos de acréscimos posteriores, após a abertura da Proposta, sem prejuízo das possibilidades previstas em lei.

**7.5** – A apresentação da proposta implica na aceitação plena e total das condições estabelecidas neste CONVITE, sujeitando-se a licitante às sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

## **8 – PROCESSAMENTOS DA LICITAÇÃO**

**8.1** – Serão rigorosamente observados os procedimentos constantes nos artigos 43 e 44 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, para o processamento e julgamento do presente certame licitatório, bem como para os casos omissos neste instrumento convocatório.

## **9 – DO JULGAMENTO**

**9.1** – A Comissão Permanente de Licitações verificará se as propostas atendem as condições estabelecidas neste CONVITE e nos seus Anexos, desclassificando a Proposta Comercial que:

- a) não atenda as exigências contidas neste edital ou imponha condições;
- b) não se refira à integralidade do objeto, conforme especificações mínimas constantes do **Anexo I** deste edital;
- c) seja omissa, vaga ou apresente irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) apresente preço baseado em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor;
- e) apresente preço simbólico, manifestamente inexecutável ou de valor zero acrescido dos respectivos encargos, assim considerados nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

**9.2** – As propostas classificadas serão ordenadas em ordem crescente, segundo o preço total propostos para o fornecimento do objeto da licitação.



**9.3** – Será considerada vencedora da disputa a licitante que ofertar o **MENOR PREÇO DO ITEM licitado.**

**9.4** – Em caso de empate, primeiro será observado o disposto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal 8.666/93 para depois, caso ainda persista o empate, ser promovido o sorteio, que será realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão prévia e expressamente convocadas.

## **10 – DAS PENALIDADES**

**10.1** – A licitante vencedora deverá retirar o instrumento hábil de adjudicação junto ao Núcleo de Licitações e Compras, em até 05 (cinco) dias úteis da convocação, sob pena de ser a proposta considerada deserta, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas em lei e no presente Edital.

**10.2** – Na hipótese da adjudicatária não comparecer para retirar o instrumento hábil no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, será convocada a próxima licitante, na ordem de classificação para fazê-lo, em igual prazo, nas mesmas condições propostas pela primeira colocada nos termos do § 2º, do Art. 64, da Lei nº 8.666/93.

**10.3** – Em conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, a contratada que deixar de cumprir quaisquer das obrigações pactuadas, bem como deixar de cumprir o prazo de entrega do objeto da Ordem de Entrega emitida pelo Núcleo de Licitações e Compras ficará sujeita, garantida a defesa prévia, às seguintes penalidades:

10.3.1 – Advertência;

10.3.2 – Multa, nas seguintes condições:

a) Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), até o 30º (trigésimo) dia, aplicada sobre o valor total da Autorização de Entrega, pela inexecução parcial do objeto ou descumprimento de quaisquer dos termos, prazos e condições previstos neste instrumento;

b) Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor total da autorização de entrega, pela inexecução total do objeto.

10.3.3 – Para efeito do disposto no subitem 10.3.2, a inexecução parcial ou o descumprimento dos termos, prazos e condições estabelecidos neste termo a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia configurará hipótese de inexecução total do objeto, ensejando a aplicação cumulativa das penalidades respectivas.

10.3.4 – A Licitante não estará sujeita a multas na ocorrência de “Caso Fortuito ou Força Maior”.

10.3.5 – O pagamento das multas a que se refere esta cláusula não exime a Licitante da reparação das eventuais perdas e danos, ou prejuízos que causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução deste Contrato.

10.3.6 – O valor da multa aplicada será descontado do montante do crédito devido à Licitante, se houver; caso contrário, deverá ser recolhido na Tesouraria da administração no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial.

10.3.7 – Haverá a sustação de pagamentos de qualquer fatura, no todo ou em parte, pelo fornecimento do objeto em desacordo com o estabelecido.



10.3.8 – Suspensão temporária dos direitos de contratar com a Administração, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.3.9– Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.3.10 – As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

## 11 – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. A entrega do objeto deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura da Ordem de Entrega expedida pela Administração.

11.1.1. O atraso na entrega incorrerá em multa, conforme previsto na cláusula 10 (supra).

## 12 – DA VIGÊNCIA

12.1. O contrato entre as partes terá vigência de 3(três) meses, contados à partir da assinatura do contrato e ordem de entrega.

12.1.1. A Administração pagará à licitante vencedora o valor conforme proposta de preço apresentada pela mesma e que fará parte integrante do contrato.

## 13 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO FATURAMENTO

13.1 – A CONTRATADA deverá, até 10 dias da autorização de entrega, entregar o objeto e apresentar a sua Nota Fiscal em duas vias ao Almojarifado da CONTRATANTE, que após a necessária conferência e registros a encaminhará ao setor responsável para providências do pagamento.

13.1.2 – A Nota Fiscal eletrônica deverá ser emitida da seguinte forma:

Nominal a: Prefeitura Municipal de Silveiras/SP.

CNPJ n.º: 451925640001-01

Inscrição Municipal: Isenta

Endereço: Rua Maestro João Batista Julião, nº 118, Centro, Silveiras, **Cep 12690-000**

13.1.3 – A Nota Fiscal emitida deverá conter os seguintes dados:

- a) Nº do Contrato celebrado com a CONTRATANTE;
- b) Nº da(s) Autorização(ões) de Entrega correspondente;
- c) Indicação do nome do banco, números da agência e da conta bancária para depósito do valor correspondente.

13.2. – Na hipótese da CONTRATADA apresentar a Nota Fiscal incorreta, a quitação será postergada por tantos dias úteis quantos forem os de atraso de sua apresentação na forma correta, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

13.3 – O pagamento dos valores faturados fica condicionado à comprovação de que a Licitante mantém todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

## 14 - Do Caso Fortuito Ou De Força Maior

14.1 – Nenhuma das partes poderá ser responsabilizada por atrasos ou eventuais prejuízos resultantes de “Caso Fortuito ou de Força Maior”.

14.2 – Como procedimento para justificar a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, estas se obrigam, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de tal





ocorrência, a dar ciência, por escrito, à outra parte, da existência da força maior ou caso fortuito, apresentando as necessárias comprovações.

14.2.1 – A parte notificada terá o prazo de 5 (cinco) dias, a partir da data de recebimento da notificação da outra parte, para considerar justificada ou não a alegação da ocorrência de caso fortuito ou força maior.

14.3 – Nas hipóteses em que o caso fortuito ou a força maior forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.

## **15 – Da Dotação Orçamentária**

15.1. Os recursos destinados ao pagamento decorrente do objeto da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.07 – Setor de obras e serviços municipais

020700 – setor de obras e serviços municipais

15.451.0008.1016 – aquisição de móveis veículos e equipamentos – setor de obras e serviços

4.4.90.52.00 – equipamentos e material permanente.

4.4.90.52.52 – veículos de tração mecânica

01 – tesouro

## **16 – Das Obrigações e Responsabilidades Das Partes**

### **16.1 – Das Obrigações da Contratada**

16.1.1 – Responder pela qualidade do objeto fornecido, devendo substituí-lo sem nenhum custo adicional, caso o mesmo não seja aprovado pela Administração e ainda durante o período de garantia e assistência técnica, o Município não efetuará nenhum tipo de pagamento à licitante vencedora a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros.

16.1.2 – Obedecer às especificações constantes do edital, na Autorização de Entrega e proposta da própria licitante.

16.1.3 – Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto.

16.1.4 – Responsabilizar-se, inteira e exclusivamente, por todas as despesas que possam surgir a qualquer tempo, pelo fornecimento, transporte, embalagem e quaisquer outras decorrentes da devida entrega do objeto.

16.1.5 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

16.1.6 – Não transferir ou ceder o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Administração.

16.1.7 – Não caucionar ou utilizar o Contrato em favor de terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Administração.

### **17 – Das Obrigações Da Contratante**

17.1 – Emitir a Autorização de Entrega.

17.2 – Receber o objeto, observando as especificações e condições de fornecimento contidos neste Edital.



17.3 – Julgar se o eventual atraso no fornecimento do objeto encontra-se motivado por “caso fortuito ou de força maior”.

17.4 – Efetuar o pagamento na forma definida neste Edital.

17.5– Deliberar sobre os casos omissos e não previstos, observadas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e/ou mediante acordo entre as partes.

## **18 – Da Qualidade e Aceitação do Objeto**

18.1 – O objeto fornecido deverá ter aprovação da Administração.

18.1.1 – Considerar-se-á cumprida a Autorização de Entrega quando o objeto for entregue e devidamente aceito pela Administração, sempre em atendimento as especificações contidas neste Edital.

18.2 – Na hipótese do objeto entregue não atender às exigências especificadas, ficará a licitante obrigada a fazer todas as substituições necessárias, no prazo de até **2** (dois) dias úteis, a contar da devolução do objeto recusado, sem qualquer ônus para a Administração, independentemente do vencimento do Contrato.

18.3 – O recebimento do objeto não isenta a Licitante da responsabilidade decorrente de alterações de fabricação que não atendam as especificações deste termo, nem sua obrigação pela conservação normal do objeto fornecido, tudo sem ônus para a Administração.

## **19 - Da Extinção e Rescisão**

19.1 – O Contrato resultará extinto ao término do prazo previsto na Cláusula Décima Segunda, peremptoriamente, ou ainda, antecipadamente, com o fornecimento total do objeto.

19.2 – A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos artigos 77 a 80, da Lei Federal n.º 8.666/93 e legislação subsequente.

## **20 – DOS RECURSOS**

**20.1** – É admissível, em qualquer fase da licitação ou da execução do contrato que dela resulte, a interposição de recursos para a autoridade competente, em conformidade com o art. 109 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e subsidiariamente pela Lei 8.078 de 11/09/90.

**20.2** – Os recursos deverão ser protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Silveiras, no setor de Licitações e Compras, situada na Pça Pe. Antônio Pereira de Azevedo, 52 – centro Silveiras, bem como as impugnações a este Edital, que deverão ser formuladas em conformidade com os §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e subsidiariamente pela Lei 8.078 de 11/09/90.

**20.3** – A PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS não se responsabilizará por recursos endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do Setor de Licitações e Compras, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

**20.4** – Não serão aceitos recursos ou impugnações por e-mail ou fax.

**20.5** – Todos os procedimentos relativos à presente licitação, inclusive quanto aos casos omissos, se subordinam aos princípios e disposições contidas nas legislações mencionadas no preâmbulo deste Edital.

## **21 – DO FORO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

---

**21.1** – Fica eleito o foro da Comarca de Cachoeira Paulista, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Silveiras, 20 de janeiro de 2015.

Edson Mendes Mota  
Prefeito Municipal de Silveiras

**Eline Sodero Boaventura**  
CPL – Prefeitura Municipal de Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

**ANEXO I**

**Modelo - PROPOSTA**

CARTA CONVITE Nº 02/2015  
PROC. Nº 07/2015

Esta empresa deseja participar do presente certame, nas condições e termos estabelecidos em edital, e para tanto apresenta sua proposta de acordo com a descrições e os valores abaixo:

Item	Objeto	Descrição do objeto	Valor
01	01 veículo semi-novo, 1.0, 02 ou 04 portas, básico, com o máximo de 5 (cinco) anos de uso, e até 20.000 (vinte mil) km rodados, cor sólida ou metálica, em perfeitas condições de uso conforme declaração		
02	01 veículo semi-novo, 1.0, 02 ou 04 portas, básico, com o máximo de 5 (cinco) anos de uso, e até 20.000 (vinte mil) km rodados, cor sólida ou metálica, em perfeitas condições de uso conforme declaração		
		Valor Total	

Obs: Favor incluir toda descrição do veículo, como “marca”, “modelo”, “ano de fabricação”, “Kilometragem, cor, entre outros.

Valor total da proposta por extenso: \_\_\_\_\_

Prazo de validade da proposta : \_\_\_\_\_ (até 60 dias, conforme edital)

Prazo de entrega: \_\_\_\_\_ (observar Edital)

Forma de Pagamento: \_\_\_\_\_ (conforme Edital)

Declaramos conhecimento de todas as condições previstas para fornecimento do objeto licitado no presente edital e respectivos anexos e com eles concordamos. Estão inclusos na proposta todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como fretes e seguros.

Local/Data: \_\_\_\_\_

Identificação da Empresa Proponente (LICITANTE ): \_\_\_\_\_

Identificação/Assinatura do Representante Legal: \_\_\_\_\_



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

---

## ANEXO II

### MODELO DE CARTA PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2015

CARTA CONVITE Nº 02/2015

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu Representante Legal abaixo assinado, credencia o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório em referência, o qual está autorizado(a) a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas e propostas, negociar os valores propostos e praticar, na forma da lei, todos os demais atos inerentes ao certame indicado, a que tudo daremos por firme e valioso.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Representante Legal**  
**(Cargo – C.L. – CPF)**

#### **Observações:**

- a) O texto acima é mera sugestão. A empresa licitante poderá alterá-lo, se considerar conveniente, desde que as alterações contemplem claramente as designações necessárias ao Credenciado, sem deixar dúvidas.
- b) Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa, ou apor o carimbo do CNPJ.
- c) Reconhecer a firma do Representante Legal (outorgante), conforme previsto no § 2º do art. 654 do Código Civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

---

### ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ n° \_\_\_\_\_, sediada no município de \_\_\_\_\_, declara, sob as penalidades da Lei, que atende à exigência do inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregando menor de dezesseis anos;

(Assinalar a “**Ressalva**” a seguir, caso ocorra a situação)

[  ] **Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

Assume, ainda, esta Empresa, inteira responsabilidade pela veracidade de todas as informações prestadas.

\_\_\_\_\_  
Identificação da **LICITANTE** (razão social – CNPJ)

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante legal (C.I. e/ou CPF)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

---

#### ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR 147/2014

**Carta Convite Nº 02/2015**  
**Processo Administrativo Nº 07/2015**

A Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, por seu Representante Legal abaixo assinado, DECLARA  
à Comissão Permanente de Licitação da **Prefeitura Municipal de Silveiras** que, em  
conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 147/2014, está APTA a cumprir todos os  
requisitos habilitatórios exigidos no edital que rege o certame referenciado.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante legal**  
**(Cargo – C.I. – CPF)**

#### **Observações:**

- a) O texto acima é mera sugestão. A empresa licitante poderá alterá-lo, se considerar conveniente, desde que as alterações atendam à exigência legal indicada.
- b) Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa, ou apor o carimbo do CNPJ.



---

**ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO**

---

**INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE**  
**CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS E A**  
**EMPRESA \_\_\_\_\_ QUE ENTRE SI**

Por este instrumento de contrato, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE Silveiras**, CNPJ nº 45.192.564/0001-01, doravante denominada Contratante, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. EDSON MENDES MOTA, e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada Contratada, celebram este contrato de expectativa de fornecimento, sendo regido pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações, da Lei Complementar Federal nº 123/07, exclusiva para as empresas que se enquadram no Artigo 48, Inciso I da Lei Complementar nº 147/2014, tipo “menor preço por item”, conforme os termos do edital da Carta Convite nº 02/2015, Proc. nº 07/2015, seus anexos, e pelas Cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira - Da Vinculação e do Gerenciamento**

**1.1 – Da Vinculação**

O presente Contrato está vinculado aos termos do Processo Administrativo nº 07/2015, Carta Convite nº 02/2015, e a proposta da CONTRATADA, que integram este documento independentemente de transcrição.

**1.2 – Do Gerenciamento**

O acompanhamento e o gerenciamento deste Contrato serão exercidos pela CONTRATANTE, através do Serviço Municipal de Compras e Licitação, e do setor de Almoxarifado, ao qual se reportará a CONTRATADA para resolução de quaisquer problemas decorrentes desta contratação.

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

**2.1 – Da Definição do Objeto**

Aquisição de 02 veículos seminovos, para auxiliar nos serviços gerais do Município de Silveiras/SP, tendo em vista as necessidades do setor, conforme os termos do edital e seus anexos.

**Cláusula Terceira – Do Preço e Prazo de Pagamento**

3.1 - Como remuneração pelo fornecimento de Bem o Município pagará à **Contratada** a importância de R\$ ..... (.....). O pagamento será efetuado na Tesouraria Municipal, até 30 (trinta) dias após a Autorização de Entrega do objeto e mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente.

3.2 – O pagamento poderá ser feito por crédito em conta corrente em instituição bancária, ou pela Tesouraria Municipal.





3.3 - O pagamento pelo fornecimento do objeto licitado se dará da seguinte forma:

#### **Cláusula Quarta – Das Condições de Fornecimento do Objeto**

##### **4.1 – Do Fornecimento do Objeto**

4.1.1 – A CONTRATANTE solicitará a entrega do bem licitado mediante a emissão de Autorização de Entrega.

4.1.1.2 – O objeto fornecido deverá obedecer a todas as especificações descritas no edital e seus anexos e na proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se, ainda, a CONTRATADA às determinações indicadas na Cláusula Oitava.

4.1.3 – Considerar-se-á cumprida a Autorização de Entrega quando o objeto for entregue e devidamente aceito pela CONTRATANTE.

4.1.4 – A CONTRATADA será responsável por todas as despesas diretas e indiretas, que possam surgir a qualquer tempo, pelo fornecimento e transporte do objeto.

##### **4.2 – Do Prazo e Condições de Entrega**

4.2.1 - A entrega do objeto deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Entrega, emitido pelo setor de Compras desta Prefeitura.

4.2.2 – O atraso na entrega incorrerá nas sanções previstas neste contrato e em edital.

#### **Cláusula Quinta – Do Prazo da Contratação**

5.1 - O presente Instrumento terá vigência de 03 (três) meses, contados a partir de sua assinatura.

5.2 – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor conforme proposta de Preços, que faz parte integrante deste contrato.

#### **Cláusula Sexta – Das Condições para Pagamento**

6.1 – Da Forma de Apresentação do Faturamento:

6.1.1 – A CONTRATADA deverá apresentar a sua Nota Fiscal em duas vias ao Almoxarifado da CONTRATANTE, que após a necessária conferência e registros a encaminhará ao setor responsável para providências do pagamento.

6.1.2 – A Nota Fiscal eletrônica deverá ser emitida da seguinte forma:

Nominal a: Prefeitura Municipal de Silveiras/SP.

CNPJ n.º: 451925640001-01

Inscrição Municipal: Isenta

Endereço: Rua Maestro João Batista Julião, nº 118, Cep 12690-000

6.1.3 – A Nota Fiscal emitida deverá conter os seguintes dados:

- a) Nº do Contrato celebrado com a CONTRATANTE;
- b) Nº da(s) Autorização(ões) de Entrega correspondentes;
- c) Indicação do nome do banco, números da agência e da conta bancária para depósito do valor correspondente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

6.2. – Na hipótese da CONTRATADA apresentar a Nota Fiscal incorreta, a quitação será postergada por tantos dias úteis quantos forem os de atraso de sua apresentação na forma correta, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

6.3 – O pagamento dos valores faturados fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA mantém todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

**Cláusula Sétima – Das Obrigações e Responsabilidades Das Partes**

**7.1 – Das Obrigações da Contratada**

7.1.1 – Responder pela qualidade do objeto fornecido, devendo substituí-lo sem nenhum custo adicional, caso o mesmo não seja aprovado pela CONTRATANTE, devendo ainda ser respeitado pela CONTRATADA o período de garantia e assistência devido.

7.1.2 – Obedecer às especificações técnicas constantes no edital, seus anexos e na proposta da contratada.

7.1.3 – Cumprir sistematicamente os prazos estipulados pela CONTRATANTE. O descumprimento implicará nas sanções estipuladas neste contrato e em edital.

7.1.4 – Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto.

7.1.5 – Responsabilizar-se, inteira e exclusivamente, por todas as despesas que possam surgir a qualquer tempo, pelo fornecimento, transporte e quaisquer outras decorrentes desta contratação.

7.1.6 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

7.1.7 – Não transferir ou ceder o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da CONTRATANTE.

7.1.8 – Não caucionar ou utilizar o Contrato em favor de terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da CONTRATANTE.

**7.2 – Das Obrigações Da Contratante**

7.2.1 – Emitir a Autorização de Entrega.

7.2.2 – Receber o objeto, observando as especificações e condições de fornecimento contidos neste Contrato.

7.2.3 – Julgar se o eventual atraso no fornecimento do objeto encontra-se motivado por “caso fortuito ou de força maior”.

7.2.4 – Efetuar o pagamento na forma definida em edital, seus anexos e neste instrumento.

7.2.5 – Deliberar sobre os casos omissos e não previstos, observadas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e/ou mediante acordo entre as partes.

**Cláusula Oitava - Da Extinção e Rescisão**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

8.1 – O Contrato resultará extinto ao término do prazo previsto na Cláusula Quarta, peremptoriamente, ou ainda, antecipadamente, com o fornecimento total do objeto.

8.2 – A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos artigos 77 a 80, da Lei Federal n.º 8.666/93 e legislação subsequente.

### **Cláusula Nona – Das Penalidades**

Pela inexecução parcial ou total do objeto e demais condições resultantes desta contratação, poderá, garantida a prévia defesa, ser aplicada à CONTRATADA, as sanções a seguir relacionadas:

9.1 – Advertência;

9.2 – Multa, nas seguintes condições:

a) Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), até o 30º (trigésimo) dia, aplicada sobre o valor total da Autorização de Entrega, pela inexecução parcial do objeto ou descumprimento de quaisquer dos termos, prazos e condições previstos neste instrumento;

b) Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor total da autorização de entrega, pela inexecução total do objeto.

9.3 – Para efeito do disposto no subitem 10.3.2, a inexecução parcial ou o descumprimento dos termos, prazos e condições estabelecidos neste termo a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia configurará hipótese de inexecução total do objeto, ensejando a aplicação cumulativa das penalidades respectivas.

9.4 – A Licitante não estará sujeita a multas na ocorrência de “Caso Fortuito ou Força Maior”.

9.5 – O pagamento das multas a que se refere esta cláusula não exime a Licitante da reparação das eventuais perdas e danos, ou prejuízos que causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução deste Contrato.

9.6 – O valor da multa aplicada será descontado do montante do crédito devido à Licitante, se houver; caso contrário, deverá ser recolhido na Tesouraria da administração no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial.

9.7 – Haverá a sustação de pagamentos de qualquer fatura, no todo ou em parte, pelo fornecimento do objeto em desacordo com o estabelecido.

9.8 – Suspensão temporária dos direitos de contratar com a Administração, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.9 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.10 – As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

### **10 - Do Caso Fortuito Ou De Força Maior**

10.1 – Nenhuma das partes poderá ser responsabilizada por atrasos ou eventuais prejuízos resultantes de “Caso Fortuito ou de Força Maior”.

10.2 – Como procedimento para justificar a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, estas se obrigam, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de tal ocorrência, a dar ciência, por escrito, à outra parte, da existência da força maior ou caso fortuito, apresentando as necessárias comprovações.

10.2.1 – A parte notificada terá o prazo de 5 (cinco) dias, a partir da data de recebimento da notificação da outra parte, para considerar justificada ou não a alegação da ocorrência de caso fortuito ou força maior.

10.3 – Nas hipóteses em que o caso fortuito ou a força maior forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.

### **11 – Da Dotação Orçamentária**

11.1. Os recursos destinados ao pagamento decorrente do objeto da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS  
ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Maestro João Batista Julião, 118 - Cep 12690-000  
FONE / FAX – (12) 3106-1150 / 3106-1197  
CNPJ: 45.192.564/0001-01 E-mail: prefeitura @silveiras.sp.gov.br  
*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

02.07 – Setor de obras e serviços municipais  
020700 – setor de obras e serviços municipais  
15.451.0008.1016 – aquisição de móveis veículos e equipamentos – setor de obras e serviços  
4.4.90.52.00 – equipamentos e material permanente.  
4.4.90.52.52 – veículos de tração mecânica  
01 – tesouro

12 – O pagamento das multas a que se refere esta cláusula 9ª não exige a CONTRATADA da reparação das eventuais perdas e danos, ou prejuízos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução deste Contrato.

12.1 – O valor da multa aplicada será descontado do montante do crédito devido à CONTRATADA, se houver; caso contrário, deverá ser recolhido na Tesouraria da CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial.

12.2. – Sustação de pagamentos de qualquer fatura, no todo ou em parte, pelo fornecimento do objeto em desacordo com o estabelecido.

12.3. – Suspensão temporária dos direitos de contratar com a Administração, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.5 – As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

**Cláusula Décima Terceira – Do Foro**

As partes elegem o foro da comarca de Cachoeira Paulista, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.  
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma.

Silveiras, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**EDSON MENDES MOTA**  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
**Contratada**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF: